

Janaina Rodrigues <sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo versa sobre as questões éticas imbricadas na utilização de testes psicológicos, quando da consecução de avaliações psicológicas. Os profissionais da psicologia procuram em meio a novas construções de identidade, refletir sobre a sua atuação segundo parâmetros éticos, quer estes sejam dados pela teoria a qual sua prática coaduna ou por princípios pessoais do profissional que a executa. Como a profissão do psicólogo relaciona-se imprescindivelmente a aplicação de testes psicológicos aja vista que é função exclusiva deste profissional, repensar a sua identidade e prática implica na reflexão de sua conduta quando os utiliza, ou, ainda que não os use diretamente em seu trabalho, como se posiciona frente a essa temática, sobretudo neste momento em o uso dos testes tem enfatizado mais uma avaliação dirigida aos contextos habituais de desempenho e tem grangeado uma melhor reputação no seio da investigação e da prática psicológica, nomeadamente por parte dos profissionais que lidam com recursos humanos em geral, requerendo, portanto contribuições sobre o assunto.

**Palavras-chave:** ética, avaliação psicológica, testes.

### Abstract

This article turns on the existent ethical subjects in the use of psychological tests, when of the attainment of psychological evaluations. The professionals of the psychology seek amid new identity constructions, to contemplate about his/her performance according to ethical parameters, he/she wants these are given by the theory which his/her practice combines or for the professional's personal beginnings that it executes her. As the psychologist's profession links the application of psychological tests unavoidably acts view that is this professional's exclusive function, to rethink his/her identity and practice implicates in the reflection of his/her conduct when it uses them, or, although it doesn't use them directly in his/her work, as front the that theme is positioned, above all at this time in the use of the tests it has been emphasizing one more evaluation driven to the habitual contexts of acting and he/she has been obtaining a better reputation in the breast of the investigation and of the psychological practice, namely on the part of the professionals that work with human resources in general, requesting therefore contributions on the subject.

**Keywords:** ethics, psychological evaluation, tests.

---

<sup>1</sup> Psicóloga, formada pela Universidade Federal de Uberlândia, com especialização em Psicopedagogia Escolar pela Faculdade de Educação também pela UFU. Email: janarods@yahoo.com.br

## 1 - INTRODUÇÃO

Segundo Bock (1999) a Psicologia, enquanto categoria profissional e enquanto ciência, passa por um momento de reflexão. Em meio aos planos que lança sobre o futuro e as novas construções de identidades, promove a reflexão inevitável sobre a atuação dos seus profissionais segundo parâmetros éticos, isso por que a toda prática psicológica subjaz um modelo ético, quer seja dado pela teoria a qual se coaduna ou por princípios pessoais do profissional que a executa.

A profissão do psicólogo relaciona-se imprescindivelmente a aplicação de testes psicológicos cuja função exclusiva deste profissional, de modo que repensar a sua identidade e prática implica na reflexão de sua conduta quando os utiliza, ou, ainda que não os use diretamente em seu trabalho, como se posiciona frente a essa temática.

Extrapolando a situação clínica e individual, voltada para a classificação e categorização dos testandos como foi em sua origem, o uso dos testes atualmente tem enfatizado mais uma avaliação dirigida aos contextos habituais de desempenho e tem grangeado uma melhor reputação no seio da investigação e da prática psicológica, nomeadamente por parte dos profissionais que lidam com recursos humanos em geral (Godoy & Noronha, 2005) requerendo portanto contribuições sobre o assunto.

Assim, pretende-se com este trabalho relacionar a testagem psicológica com a ética profissional, principalmente por acreditar que pensar a atuação dos psicólogos na vertente de uma conduta pautada na ética inclui necessariamente a reflexão sobre o uso que este faz dos instrumentos que têm e produz a favor do seu trabalho.

Para isso, aborda inicialmente a questão da ética tomando-a num sentido existencial como morada humana, que segundo Boff (2003) representa o conjunto ordenado de princípios, valores e das motivações últimas das práticas humanas,

pessoais e sociais, bem como o caráter, o modo de ser de uma pessoa ou de uma comunidade. Em seguida discute a avaliação psicológica como processo realizado pelos psicólogos no qual este lança mão de testes psicológicos como instrumento de investigação, para depois relacionar a ética na testagem.

Face às contradições e mesmo complexidade do assunto aqui discutido, não se pretende encerrá-lo neste espaço ou apresentar conclusões definitivas, mas incitar reflexões nos profissionais e estudantes em formação da área a fim de construir juntos, uma prática responsável e socialmente comprometida.

### 1. Ética

Segundo Boff (2003), vivemos grave crise mundial de valores e isso dificulta, para a grande maioria das pessoas, a distinção entre o que é correto e o que não é. Esse obscurecimento da ética redundando numa insegurança e permanente tensão nas relações sociais que tendem a se organizar ao redor de interesses particulares, e não ao redor do direito e da justiça. Assim, diante desse momento peculiar da história, torna-se premente a pergunta: “o que é ética, que é moral? É a mesma coisa ou há distinções a serem feitas?”.

O autor mencionado considera que, apesar de na linguagem comum e mesmo culta, ética e moral serem utilizadas como sinônimos, aprofundando-se a questão verifica-se que não o são. Boff (2003) mostra que a ética é parte da filosofia, e como tal, considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatuinto princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Já a moral é parte da vida concreta, e trata da prática real das pessoas que se expressam segundo costumes, hábitos e valores estabelecidos pela cultura.

Feitas as devidas distinções entre os termos, volta-se a pergunta: o que é ética? Mas antes de abordá-la, e a fim de clarear

outro questionamento não menos importante, discorrer-se-á sobre as afirmações levantadas por Singer (2002) sobre o que a ética não é.

Para ele, a ética não é um sistema ideal enquanto teoria, mas inaproveitável na prática; o que acontece quando as pessoas acreditam que a ética seja um sistema de normas simples e breves, distantes das complexidades da vida. As que pensam que a ética é um sistema de normas, ainda que mais complexas e específicas, são denominados deontologistas.

Os conseqüencialistas não partem de regras morais. Singer (2002) considera que eles partem de objetivos para avaliar a qualidade das ações. Se elas favorecem esses objetivos, então são consideradas corretas. O utilitarismo é a mais conhecida desse tipo de teoria.

Singer (2002) entende que por ser universal, a ética trás consigo a idéia daquilo que é maior que o individual. Condutas em bases éticas não podem estar atreladas apenas a benefícios que proporciona aquele que a executa, ele cita a célebre fórmula de Kant: “Aja somente segundo a máxima através da qual você possa, ao mesmo tempo, desejar que ela se transforme numa lei universal”.

Ao extrapolar o âmbito individual, do “eu” e o “você”, deve-se considerar os interesses de todos os que serão afetados pela ação para que ela atenda as exigências da conduta pautada na ética, buscando o curso de ações que maximize os interesses das pessoas envolvidas. A ética exige que se extrapolem pontos de vistas pessoais e que se volte para um ponto de vista semelhante ao que um espectador “imparcial” adotaria.

Sobre o que vem a ser a ética, Boff (2003) identifica as religiões e a razão como às duas fontes que orientaram eticamente as sociedades até os dias atuais. Desconsiderando as diferenças entre as diversas religiões, o autor acredita que os pontos comuns entre elas “permitem elaborar um consenso ético mínimo, capaz de manter

a humanidade unida e preservar o capital ecológico indispensável à vida” (p. 28). Já a fundamentação racional da ética representou um esforço do pensamento humano desde a existência dos primeiros filósofos gregos e continua ainda sendo fonte de interesse para vários estudiosos, mesmo que restrita ao meio acadêmico e distante do cotidiano popular.

Para Boff (2003) esses dois paradigmas não estão invalidados, mas sem dúvida, precisam ser enriquecidos e para que possa ganhar um mínimo de consenso, a ética deve emergir da afetividade (do pathos). Para ele o afeto representa um sentir profundo que faz o homem entrar em comunhão, sem distância, com tudo aquilo que o cerca. Pelo pathos (paixão) capta-se o valor das coisas, sendo este o que dá dignidade aos seres e os tornam desejáveis. Mas há que se ater para o fato de que os valores são circunstanciais: “todos os valores valem, mas nem todos valem para todas as circunstâncias” (p.31) e, para ordenar e disciplinar a paixão, é que subsiste a razão. A justa medida entre essas duas dimensões é que torna possível a emersão da ternura e do vigor, as duas forças que sustentam uma ética promissora.

A ternura, de acordo com Boff (2003), denota o cuidado com o outro que protege e confere paz. O vigor, por sua vez, equivale a dominar sem conter, direcionar com tolerância. Ambos constituem uma personalidade integrada capaz de manter os paradoxos unidos e se enriquecer com eles. De tais pressupostos nasce uma ética inclusivista que “se estrutura ao redor de valores fundamentais ligados à vida, ao seu cuidado, ao trabalho (...). É um ethos que ama, cuida, se responsabiliza, se solidariza e se compadece” (p. 32), e que se constitui nas, e pelas, relações estabelecidas pelo ser humano com o universo e seus semelhantes.

Sobre a questão relacional da ética, Freire (2003) coloca que ela aparece indissociada do outro, haja vista que este é elemento indispensável à instauração da

subjetividade: primeiro pela separação de mim em relação ao outro, depois pela substituição de mim pelo outro; processo que exige a ida do eu na direção de sua exterioridade e uma implicação do eu pela vinda do outro. Há nisto tudo uma alteridade radical que intima o sujeito a assumir uma responsabilidade absoluta para com todos os outros. Para Freire (2003) “Essa é a dimensão ética por excelência, a do estar a serviço de Outrem” (p. 13).

Na psicologia essa ética da “alteridade radical” faz-se relevante pela indagação que produz quando investiga a existência de um lugar para o outro nas práticas que são realizadas em seu nome. Como discute Freire (2003), aquele que procura o serviço de psicologia é um outro em relação ao profissional. Este, através da disposição da escuta como meio de responder ao seu sofrimento, responsabiliza-se pela sua angústia oferecendo-lhe moradia temporária, enquanto o outro reconstrói sua própria habitação.

Mas, como alerta Guareschi (1992) é preciso adotar uma postura crítica diante de todo criado, visto que, limitados pelo humanamente instituído, temos que reconhecer nossa limitude histórica e deixar uma porta aberta às possibilidades, aperfeiçoamento e transformações. O que implica no campo da ética pensá-la como uma instância crítica sobre o dever ser das relações humanas em vista de possibilidades plenas de realização das pessoas como ser humano.

Nessa perspectiva, a dimensão crítica da ética significa que ela está sempre por se fazer. Não pode ser considerada como algo pronto e acabado. Implica a colocação, através de proposições, de exigências e desafios em uma busca infinita para alcançá-los. A dimensão da relação refere-se, em conformidade ao que já fora exposto, àquilo que não pode ser sem outro, já que ninguém pode se dizer ético a partir de si mesmo, como a concepção de indivíduo centrado no eu quer. Pode-se ser ético apenas em relação ao outro, e, por incrível que pareça, é ele quem decide se somos, ou não, éticos.

## 2. Avaliação psicológica

Realizada, sobretudo, por psicólogos clínicos, visando à identificação de forças e fraquezas no funcionamento psicológico, com um foco na existência ou não de psicopatologia, a avaliação psicológica é um processo científico que utiliza métodos e técnicas de investigação, geralmente a nível individual, para entender problemas com base em alguma teoria e para identificar e avaliar aspectos específicos a fim de classificar o caso e prever seu direcionamento, comunicando os resultados através de uma devolutiva e propondo soluções (Cunha, 2000).

Ela parte de hipóteses, que serão ou não confirmadas ao longo de um processo limitado no tempo e inserido num contexto em que os papéis são definidos. No contrato isso é evidenciado através das posições assumidas: o paciente pede ajuda e o psicólogo, caso se disponha, aceita o pedido e se compromete a satisfazê-lo, dentro dos limites da suas possibilidades. O plano de avaliação é estabelecido com base nas perguntas e hipóteses iniciais, definindo-se, a partir dele, os instrumentos necessários, como e quando serão utilizados.

Segundo Cunha (2000), a duração de um processo de avaliação psicológica é estimada no tempo necessário para que se possam operacionalizar as tarefas implícitas pelo plano de avaliação, bem como, completar as tarefas subseqüentes até a comunicação dos resultados e recomendações pertinentes. No momento em que é possível ter uma previsão, deve-se formalizar com o paciente ou responsável os termos em que o processo irá se desenvolver, definindo papéis, obrigações, direitos e responsabilidades mútuas, através do estabelecimento de um contrato de trabalho.

Abrange em sua investigação, aspectos passados, presentes (diagnóstico) e futuros (prognósticos) a cerca da personalidade analisada, utilizando para esse fim, certas técnicas, como, entrevistas semidirigida, testes psicológicos, técnicas projetivas, entrevistas de devolução. Assim que

selecionados os meios e administrados os instrumentos, obtêm-se informações que devem ser inter-relacionadas com os dados da história clínica e da história pessoal do sujeito em testagem. Elaborado as inferências desejadas de acordo com os objetivos da avaliação, os resultados são comunicados ao paciente e a quem poderá oferecer subsídios para decisões ou recomendações (Cunha, 2000).

De forma geral, a avaliação psicológica é realizada utilizando-se um modelo psicológico de natureza clínica que envolve: o levantamento de perguntas relacionadas com os motivos da consulta e definição das hipóteses iniciais e dos objetivos do exame, numa entrevista com o paciente e/ou com seus responsáveis; o planejamento, seleção e utilização de instrumentos de exame psicológico; posteriormente, o levantamento quantitativo e qualitativo dos dados, integração das informações e inferências na formulação do parecer ou laudo; entrevista devolutiva, para a comunicação dos resultados; orientação e encerramento do processo com a formulação final de um relatório.

Assim visto, a avaliação psicológica é um processo de coleta de dados, cuja realização pode incluir o uso de testes psicológicos. Embora seja uma atividade exclusiva dos psicólogos, tem sido muito questionada, sobretudo quando nela está incluso o uso daqueles. As críticas são atribuídas principalmente ao uso inadequado e incorreto dos testes, e das informações geradas por eles e à falta de cientificidade dos instrumentos usados. Aliada a essas críticas, algumas também apontam para a formação em avaliação dos profissionais que os utilizam (Godoy & Noronha, 2005).

Em seu estudo, Godoy e Noronha (2005) apontam para a importância dos profissionais usuários de instrumentos psicológicos terem condições de entender os usos e as limitações dos testes que utilizam, considerando que eles são construídos para avaliar certos eventos, ou procedimentos, ou atributos, numa determinada população e sob circunstâncias restritas.

Por serem instrumentos que podem contribuir com o plano de trabalho profissional do psicólogo no Brasil, é válido investir e exigir uma formação melhor durante a graduação na área de testagem.

De qualquer forma, face à necessidade de apresentar diretrizes para o uso correto de testes e encorajar melhores práticas para o processo de avaliação psicológica instituiu-se no encontro realizado na cidade de Atenas, em 1995, as “Diretrizes para o uso de Testes: International Test Commission”. Os seus objetivos incluem a produção de um conjunto de diretrizes relativas às competências necessárias aos usuários dos testes, tais como conhecimento, capacidades, habilidades e outras características pessoais (Diretrizes internacionais para a utilização de testes, 2003).

### 3. Ética na testagem psicológica

Tendo discorrido sobre a ética e o uso dos testes psicológicos durante processo de avaliação psicológica, pode-se constatar que tanto em suas pesquisas quanto nas aplicações práticas de seus procedimentos, os psicólogos demonstram preocupações com questões de ética profissional ao buscarem atuar levando em consideração seus deveres, valores e responsabilidades para com a ciência e com as pessoas com as quais se relaciona. Um exemplo desta preocupação é o programa empírico sistemático seguido na década de cinqüenta para desenvolver o primeiro código de ética para a profissão e que resultou na preparação de uma série de padrões oficialmente adotados pela Associação Psicológica Americana –APA (Wechsler, 2001).

Segundo Wechsler (2001), a versão atual desse código de ética compreende um preâmbulo e seis princípios gerais destinados a orientar os psicólogos para os ideais superiores da profissão (competência, integridade, responsabilidade científica e profissional, respeito pela dignidade e direitos das pessoas, preocupação com o bem estar do outro e responsabilidade social). Ela

também apresenta oito padrões éticos com regras obrigatórias para psicólogos trabalhando em contextos diversos.

Segundo os princípios gerais, o psicólogo deve: procurar manter os mais altos padrões de excelência no seu trabalho; reconhecer os limites de sua competência; estar a par do desenvolvimento da literatura científica; apresentar comportamentos honestos, justos e respeitosos na sua atuação; evitar que valores pessoais possam vir a afetar o relacionamento com o sujeito a ser atendido; procurar sempre atender, com técnicas específicas, as necessidades de diferentes clientela; respeitar o direito de privacidade, confidencialidade, autodeterminação, autonomia dos indivíduos atendidos, guarda sigilosa da informação e recusa de continuar o tratamento; estar sensível as diferenças individuais e à relação de poder no atendimento ao outro; e, deve ainda, divulgar os conhecimentos psicológicos a fim de reduzir o sofrimento e contribuir para a melhoria da humanidade.

Cabe ressaltar que a realidade brasileira, algumas vezes, dificulta a implementação de diretrizes estabelecidas em um país onde a formação e a atuação do psicólogo se processa diferentemente. No nosso país experienciamos dilemas éticos constantes em relação à política, à atuação de alguns profissionais e a corrupção; assistimos diariamente o desrespeito aos direitos dos cidadãos e o descaso com a responsabilidade social. Em relação à falta de ética no uso do conhecimento psicológico, encontramos profissionais de outras áreas utilizando-se de técnicas restritas aos psicólogos, ou mesmo, psicólogos desatualizados, usufruindo equivocadamente desses instrumentos e de seus resultados, fotocopiando material sujeito a direitos autorais, desconsiderando os erros da medida nas suas interpretações, desprezando condições que afetam a validade dos testes em cada cultura, dentre outros.

De acordo com Guzzo e Pasquali (2001) desde a década de setenta existe uma grande preocupação não apenas com problemas éticos, mas também com ques-

tões mais amplas de valores em todos os campos da psicologia aplicada e teórica. A realidade profissional mostra, muitas vezes, que apenas no plano ideal todos os profissionais agem guiados pelo bom senso e por valores sociais. A falta de informação clara e orientação podem levar a decisões que priorizem os ganhos pessoais em detrimento dos custos para o paciente. Na área da testagem, o estabelecimento de padrões éticos e princípios de valores ajudam a definir o uso profissionalmente responsável dos testes.

Como forma de expressar as preocupações dos profissionais brasileiros com essas questões, foi lançado em agosto de 2005 o novo Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2005), que instituiu, dentre outros, deveres que devem ser adotados na testagem psicológica: “Art. 1º: São deveres fundamentais dos Psicólogos: c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentas na ciência, na ética e na legislação profissional; f) Fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional; i) Zelar para que a comercialização, aquisição, doação, empréstimo, guarda e forma de divulgação do material privativo do psicólogo sejam feitas conforme os princípios deste código”.

De acordo com Wechsler (2001), em cada uma das etapas da avaliação psicológica, que envolvem desde a seleção dos testes a serem utilizados, sua aplicação, correção, interpretação, até elaboração de laudos e devolução dos resultados colhidos, como visto, existem várias situações que podem afetar a qualidade do trabalho prestado e a ética que o norteia. Estar consciente dessas possibilidades permite que se antecipem os conflitos éticos e que se possa trabalhar com justiça social.

Na seleção dos instrumentos para avaliação psicológica, o psicólogo deve, a

fim de realizar um trabalho dentro de princípios éticos, investigar na literatura especializada os melhores instrumentos disponíveis para cada objetivo desejado, avaliar as qualidades psicométricas dos instrumentos, considerar as variáveis sociodemográficas (idade, sexo, nível de escolaridade, etc.), condições físicas gerais, presença de deficiências na escolha dos testes e escalas a serem utilizadas.

Na administração dos testes escolhidos, deve prestar informações aos indivíduos envolvidos quanto à natureza e objetivos da avaliação e dos instrumentos a serem aplicados, obtendo seu consentimento livre e esclarecido por escrito, fornecer as condições físicas adequadas em termos de espaços, mobiliário, ventilação e silêncio, organizar o material que será utilizado previamente, estabelecer uma relação de confiança antes da aplicação, seguir rigorosamente as instruções, evitar se ausentar da sala durante a resolução dos testes.

Durante a correção e interpretação dos instrumentos utilizados, é imprescindível que o psicólogo siga os critérios e as tabelas apropriadas de cada manual, que leve em consideração os aspectos qualitativos da aplicação, que interprete os resultados obtidos de forma dinâmica e contextualizada e que archive os dados coletados, de forma confidencial, por um período mínimo de cinco anos.

Em relação à elaboração de laudos e entrevistas de devolução, de maneira geral, o psicólogo deve evitar ser influenciado nas suas conclusões por valores pessoais, utilizar-se de linguagem clara e adequada ao receptor, evitar fornecer resultados em forma de respostas certas e esperadas aos instrumentos utilizados, respeitar o direito de cada sujeito conhecer os resultados da avaliação ao qual foi submetido, guardar sigilo das informações obtidas quando isto não implica risco de vida para o sujeito, e deve redigir os dados obtidos no processo avaliativo em forma de laudo. As informações certamente não devem ser transmitidas rotineiramente; elas devem oferecer explicações interpretativas apropriadas.

Entre os possíveis receptores de resultados de teste, além dos próprios testandos, estão os pais de menores, os professores, os empregadores, os psiquiatras, o pessoal de tribunal e de instituições de recuperação. Apenas o participante que se submeteu aos testes e quem solicitou a testagem tem direito aos resultados da avaliação, sendo que este último deve ser informado unicamente em relação ao que solicitou. Em toda devolutiva de avaliação psicológica, é desejável considerar as características da pessoa que vai receber as informações. Isso se aplica não somente à sua educação geral, mas também à sua possível resposta emocional ao que será comunicado.

A comunicação dos resultados pode ser assistemática ou sistemática. Entre os informes sistemáticos, os tipos mais comuns são algumas entrevistas de devolução e os laudos, que habitualmente são encaminhados a profissionais da área médica, da saúde e da educação.

O laudo é uma peça escrita constituída em uma das etapas finais da avaliação psicológica e que contém as conclusões alcançadas sobre o caso. Presta-se à comunicação sistemática dos resultados servindo mesmo, como arquivo do atendimento realizado, a partir do qual podem ser desenvolvidos planos de intervenção ou constatar-se o que parecia óbvio. Por abarcar os resultados advindos do trabalho do psicólogo (realização de testagens psicológicas) pode ser considerada uma expressão da sua competência profissional (Guzzo e Pasquali, 2001).

A produção dos laudos e a qualidade das suas informações são relevantes não apenas para o trabalho dos próprios psicólogos visto que podem vir a subsidiar a prática de outros profissionais que dependem dos resultados de uma avaliação psicológica (juizes, educadores e médicos). Além disso, por todas as implicações que os resultados contidos nos laudos possam adquirir como fontes de informações para tomadas de decisões a respeito do sujeito a quem se refere, é necessário que sejam produzidos a partir de diretrizes éticas e científicas.

Segundo Guzzo e Pasquali (2001), durante algum tempo acreditou-se que o psicólogo ao aprender técnicas de avaliação psicológica poderia executar o laudo sobre este exame sem necessidade de atenção específica à sua formulação. No entanto, a ineficiência em relação aos seus propósitos, fez com que os laudos psicológicos se tornassem, atualmente, objeto de estudo do psicólogo durante a sua formação e o seu exercício profissional.

A elaboração de laudos no Brasil, na atualidade, bem como de qualquer outro documento decorrente de avaliação psicológica, deve seguir os padrões instituídos pelo Conselho Federal de Psicologia (2003) tanto no que se refere à linguagem escrita utilizada, quanto aos princípios éticos e técnicos que devem norteá-la. Pode, no entanto, variar em sua estrutura, conforme as questões básicas e os objetivos do exame (Guzzo e Pasquali, 2001).

Como atividade exclusiva do psicólogo, a competência na aplicação de testes, correção e registro dos resultados obtidos, depende de uma formação especializada, de atualizações e constante aprimoramento nas técnicas disponibilizadas, da realização de estudos e pesquisas sobre o assunto. Cabe a classe desses profissionais a valorização do trabalho que realiza, através, sobretudo, de uma prática que atenda os objetivos aos quais se destina e que ofereça benefícios e melhorias à vida das pessoas que buscam ajuda para seus conflitos psicológicos.

## 2 - CONCLUSÃO

Buscando refletir sobre a atuação do psicólogo na situação da testagem na vertente de uma conduta dita como ética procurou-se discutir o que seria uma atuação assim intitulada, contextualizar o uso de testes na avaliação psicológica, para enfim apontar as questões éticas que perpassam cada momento da sua realização.

Um psicólogo competente na área da testagem utilizará os testes de forma ade-

quada, profissional e ética, atentando-se às necessidades e direitos daqueles envolvidos no processo de avaliação, bem como às razões para utilizá-los e ao contexto no qual se realiza a testagem. Compreende-se, assim, que a utilização ética dos testes implica atuar de forma profissional, garantir o seu uso competente, assumir responsabilidades durante o processo, garantir a segurança ao arquivar seus resultados e assegurar a confidencialidade destes.

Nesse sentido, o uso eticamente orientado dos testes psicológicos inclui a avaliação do potencial dos testes, a seleção de instrumentos tecnicamente confiáveis para cada situação, à preparação cuidadosa das sessões de aplicação, a administração adequada dos testes, a correção e análise dos resultados segundo procedimentos e sistema de correção dados nos manuais e a comunicação dos resultados de forma clara e adequada para as pessoas envolvidas.

As diretrizes apontadas são mais auxiliares do que obrigações visto que procuram contemplar a diversidade de contextos, situações e públicos aos quais os testes se destinam, considerando-os como um todo e não como práticas particulares. Além do que, como visto, a ética enquanto elemento constituído nas e pelas relações sociais perpassa a história de vida pessoal e profissional de cada psicólogo e o modo como este concebe o universo, a humanidade e os dilemas que se dão na relação entre eles.

Não obstante, considerando-se que estar a serviço do outro é a dimensão ética por excelência da psicologia, há que se considerar que estar atento aos conhecimentos e produções existentes sobre o trabalho que se realiza é indispensável a um profissional competente e compromissado com aquele ao qual se coloca à disposição.

## 3 - REFERÊNCIAS

Anastasi, A., & Urbina, S. (orgs.) (2000) *Natureza e uso dos testes psicológicos*. In, Tes-



tagem psicológica (7ª Ed.) (pp.17-39). Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Bock, A. M. B. (1992) A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.

Boff, L. (2003) Ética e moral: a busca dos fundamentos. Petrópolis, R. J.: Vozes.

Conselho Federal de Psicologia (2003). Resolução CFP N.º 007/2003. Disponível em: [http://www.crpsp.org.br/a\\_orien/legisla.../fr\\_cfp\\_007-03\\_Manual\\_Elabor\\_Doc.ht](http://www.crpsp.org.br/a_orien/legisla.../fr_cfp_007-03_Manual_Elabor_Doc.ht).

Conselho Federal de Psicologia (2005). Resolução CFP N.º 010/05. Disponível em: [WWW.pol.org.br](http://WWW.pol.org.br)

Cunha, J. (2000) *Psicodiagnóstico V* (5ª ed. rev.). Porto Alegre: Artmed.

Diretrizes internacionais para a utilização de testes (2003). Versão Original: International Test Commission - ITC (2000). Versão portuguesa: Comissão para a Adaptação Portuguesa das Directrizes Internacionais para a Utilização de Testes (2003). Disponí-

vel em: <http://www.intestcom.org/Downloads/Portuguese%20guidelines%202003.pdf>

Freire, J. C. (2003) A Psicologia a serviço do outro: ética e cidadania na prática psicológica. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23 (4), 12-15.

Godoy, S. L. de, & Noronha, A. P. P. (2005) Instrumentos psicológicos utilizados em seleção profissional. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, v. 17 – nº1, p. 139- 159, jan/jun.

Guareschi, P. (1992) A emergência da consciência ética. Aparecida: Santuário.

Guzzo, R. S. L, & Pasquali, L. (2001) Laudo Psicológico: A expressão da competência profissional. In L. Pasquali (org.) *Técnicas de exame psicológico* (pp.155-170). São Paulo: Casa do psicólogo.

Singer, P. (2002) *Ética prática* (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Wechsler, S. M. (2001) Princípios Éticos e Deontológicos na Avaliação Psicológica. In L. Pasquali (org.) *Técnicas de exame psicológico* (pp. 171-193). São Paulo: Casa do psicólogo.